Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Acesso aberto

Quintais produtivos cultivados por mulheres negras do assentamento Arizona/RN: materializando subjetividades e subjetivando o território

Productive backyards cultivated by black women in the Arizona/RN settlement: materializing subjectivities and subjectifying the territory.

Murilo de Oliveira Carvalho **Cimone Rozendo**

Resumo
Os quintais produtivos são áreas de (re)produção de culturas alimentares, de partilha e de ensinamentos intergeracionais, o que os torna patrimônio cultural da agricultura familiar, garantidores da segurança alimentar das famílias e protetores da agrobiodiversidade local. A ausência de um debate racial em torno dos quintais produtivos levou-nos a questionar: como gênero, raça, classe e território influenciam a produção dos quintais produtivos? Por meio de uma análise interseccional-consubstancial, da Experiência da Escassez (Milton Santos) e da Contracolonialidade (Nêgo Bispo), realizamos uma pesquisa documental sobre o Candeeiro da ASA e uma pesquisa de campo no Assentamento Arizona (RN). Os quintais configuram-se como espaços de contracolonialidade, nos quais práticas de partilha e fortalecimento comunitário preservam modos de vida tradicionais e enfrentam a lógica capitalista-colonial. Os quintais produtivos não são apenas espaços agrícolas, mas territórios que materializam, simultaneamente, as desigualdades estruturais e as estratégias de resistência das mulheres negras rurais, tornando-as protagonistas da reprodução social do assentamento.
Palavras-chave: Quintais produtivos. Rio Grande do Norte. Raça. Agricultura familiar. Assentamentos rurais.

Submissão:
13 abr. 2026

Aceite:
19 jun. 2026

Publicação:
12 ago. 2026

Abstract
This article analyzes agroecology as appropriated by the Landless Rural Workers' Movement (MST) in response to the environmental and social contradictions brought about by the spread of the Green Revolution. The research was conducted through fieldwork at the Milton Santos School of Agroecology and by following public speeches of movement leaders. It adopts the perspective that agricultural technique is not neutral but a cosmological expression of the society that practices it; accordingly, the analysis approaches agribusiness as the realization of a broader cosmos. Fieldwork combines event analysis and ethnography with Seu João, a militant who helped regenerate an area degraded by mining. This process materializes agroecology as coexistence and as the restoration of the metabolic rift promoted by the capitalist mode of production.
Keywords: Productive Backyards. Rio Grande do Norte. Race. Family Farming. Rural settlements.

Citação sugerida
CARVALHO, Murilo de Oliveira; ROZENDO; Cimone. Quintais produtivos cultivados por mulheres negras do assentamento Arizona/RN: materializando subjetividades e subjetivando o território. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-30, e026014, jan./dez. 2026.

DOI: https://doi.org/10.36920/qwrqh714

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Introdução

Os quintais produtivos são áreas de (re)produção de culturas alimentares, construção de memórias, partilha, afeto, lazer e ensinamentos intergeracionais, o que os torna patrimônio cultural da agricultura familiar brasileira (Barros et al., 2022). Eles são (re)criados majoritariamente por mulheres, geralmente no entorno das residências ou em terrenos comunitários, compondo o modo de vida das comunidades e fortalecendo os laços entre as famílias e a comunidade (Oklay, 2004).

Esses pequenos-gigantes e despretensiosos agrossistemas atravessaram a história do país: primeiro, como forma de resistência ao poder colonial, que destruía e desqualificava os pequenos roçados negros (Castro, 1980); depois, como estratégia de enfrentamento ao processo de industrialização e urbanização da primeira metade do século XX, que precarizava a vida na cidade e no campo. Nas periferias das grandes cidades, onde se instalavam as populações expulsas pelo êxodo rural, reproduzia-se parte da vida rural por meio dos quintais. Eles eram fonte de alimentação, mas também de memória. Os quintais, com seus metamorfoseamentos, consubstanciavam relações sociais, econômicas, simbólicas e ecológicas importantes, fornecendo uma radiografia das dinâmicas em curso em uma sociedade em crescente urbanização (Cândido, 2017).

No Brasil, temos assistido, desde aproximadamente 2010, a um movimento crescente de valorização dos quintais, tanto no âmbito das organizações do campo, principalmente as protagonizadas por mulheres, quanto na produção acadêmica sobre agroecologia, reforçando o pressuposto de que estes continuam sendo *loci* reveladores da realidade social. Agora sob a alcunha de "produtivos", os quintais são concebidos como espaços estratégicos na luta pela segurança alimentar, na geração de renda, como instrumentos pedagógicos do fazer agroecológico e da luta pelo território, além de espaços de (re)construção de sociabilidades, afetos e identidades.

A adoção do adjetivo "produtivos" é resultado desse processo de politização do conceito, que busca visibilizar uma experiência considerada marginal do ponto de vista do modelo hegemônico e monocultural de agricultura (Rozendo; Brandenburg, 2022). A importância dos quintais foi tamanha que eles passaram a integrar a agenda governamental. Por meio do Decreto nº 11.642/2023, foi criado o Programa Quintais Produtivos Mulheres Rurais, cujo propósito era implementar 192 mil quintais em todo o Brasil. Foi esse processo de valorização dos quintais nas narrativas dos movimentos sociais, mesmo antes de sua institucionalização como programa governamental, que despertou nosso interesse pela pesquisa, tornando-se tema da monografia e, posteriormente, da dissertação de um dos autores deste artigo. Pretendíamos compreender como essas transmutações dos quintais ganhavam forma no território.

Na revisão bibliográfica sistemática realizada para a dissertação, entre os anos de 2020 e 2022, considerando as experiências de quintais produtivos em diferentes contextos brasileiros nos últimos 14 anos, verificamos que, em muitos trabalhos nos quais havia fotografias das agricultoras responsáveis pelas iniciativas, estas eram, majoritariamente, negras. Inquietou-nos o fato de que boa parte da literatura consultada não fizesse qualquer referência à racialidade. O sucesso, o potencial e as virtuosidades dos quintais destacados pela literatura não tinham cor. Esse apagamento também foi observado por Santos (2022), na produção do conhecimento agroecológico no Brasil, e por Ferdinand (2022), nas abordagens clássicas da ecologia política. Por isso, neste artigo, propomos uma abordagem interseccional-consubstancial, considerando gênero, raça, classe e território para compreender como esses fatores influenciam a produção dos quintais produtivos.

O artigo apresenta os resultados de dois campos empíricos. O primeiro consiste em uma análise de conteúdo do boletim *O Candeeiro* sobre quintais produtivos no Rio Grande do Norte. *O Candeeiro* é uma estratégia de comunicação do movimento social Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), voltada à visibilização de experiências de convivência com o Semiárido. O segundo consiste em uma pesquisa de campo, realizada como parte da dissertação, envolvendo 10 mulheres autodeclaradas negras do Assentamento Rural de Reforma Agrária Arizona, localizado entre os municípios de Touros e São Miguel do Gostoso, na Zona da Mata potiguar.

O artigo está estruturado da seguinte forma: introdução, na qual caracterizamos brevemente o que são os quintais produtivos; *Percurso teórico de visibilidade e resistência: intersecção-consubstancial*, *experiência da escassez e contracolonialidade*, em que desenvolvemos a fundamentação teórica com os conceitos que conduzirão a análise; metodologia, na qual explicitamos o método e as técnicas utilizadas para a construção dos dados; *O semiárido como intersecção-consubstancial e as estratégias contracoloniais para superar a escassez*, em que caracterizamos as políticas para o Semiárido que contemplam parte da Zona da Mata potiguar e a potencialidade do boletim *O Candeeiro*. Os resultados e a discussão foram divididos em duas seções: *O Candeeiro e as relações (contraditórias) de gênero: os homens nos quintais potiguares*, *a jornada afetiva das mulheres e o agenciamento racial do território e Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivados por mulheres negras do Arizona/RN*. Por fim, apresentamos as considerações sobre essa incursão.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o Parecer nº 6.606.348. As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens (fotografias e/ou vídeos).

Percurso teórico de visibilidade e resistência: intersecção-consubstancial, experiência da escassez e contracolonialidade

Intersecção-consubstancial

Para dar conta da tarefa de analisar, conjuntamente, quatro marcadores sociais da diferença e da desigualdade (raça, classe, gênero e território), sendo um deles o território, articulamos a interseccionalidade à consubstancialidade, pois o território é uma dimensão indispensável para analisar tanto a produção dos quintais produtivos quanto a materialização dessas intersecções.

Recorremos à categoria de interseccionalidade, desenvolvida por Collins e Bilge (2021), como uma importante chave interpretativa. Para as autoras, a análise das relações sociais precisa considerar todos os marcadores sociais que contribuem para as relações de poder que acometem as mulheres. Além da raça, do gênero e da classe, as autoras alertam para a importância da profissão, da situação geracional e da nacionalidade.

De modo complementar, recorremos à ideia de consubstancialidade, que argumenta que a coexistência entre raça, classe e gênero é essencial para analisar a trajetória de vida das mulheres (Kergoat, 2010). A autora preocupa-se com a articulação desses marcadores por considerar que gênero, raça e classe são consubstanciais na biografia das mulheres. Obviamente, essa perspectiva teórica não desconsidera outras relações sociais, como, por exemplo, a questão etária ou a profissão. Contudo, para a autora, a tríade raça-gênero-classe é primordial para a análise da dinâmica social, que é móvel e passível de mutação (Kergoat, 2010).

Compreendemos a preocupação da consubstancialidade em relação à interseccionalidade quanto à possível perda de foco decorrente da aglutinação de vários marcadores sociais da diferença. No entanto, acreditamos que esse foco não se perde, pois ele não está nos marcadores sociais em si, mas na forma como eles produzem violências, desigualdades e vivências específicas. Ademais, a intersecção de um maior número de marcadores nos conduz a corpos ainda mais invisibilizados, vulnerabilizados e violentados. Também compreendemos a preocupação da interseccionalidade em não deixar escapar nenhum marcador, a fim de não invisibilizar as experiências das sujeitas. Todavia, raça, classe e gênero constituem três dimensões ontológicas que estruturam e subjetivam muitas de nossas relações sociais, afetivas, cotidianas, institucionais e políticas.

A tríade raça-classe-gênero é central para a análise das sujeitas, como afirma Kergoat. Contudo, seguindo a perspectiva de Collins e Bilge, foi necessário interseccionar uma quarta dimensão consubstancial nesta análise, tão movediça e, talvez, recém-incorporada à Sociologia: o território.

Em muitas de suas obras, Milton Santos convidou a Sociologia a "aterrissar" suas análises, que, na visão do geógrafo, muitas vezes pareciam

flutuar no ar, sem considerar a dimensão territorial (Santos, 2006, 2008). Essa análise deve ser realizada de acordo com a totalidade das relações que compõem o território, incorporando a espacialização da densidade técnica, das instituições e dos agentes sociais, bem como dos conflitos socioterritoriais e, por vezes, ambientais. O território é preenchido materialmente pelas relações que nele são construídas e cultivadas, mas isso não significa que seja passivo ou apenas impactado pelos seres humanos; ele também é um agente produtor de relações humanas (Santos, 2006). Nessa acepção, o território corresponde às múltiplas faces do espaço geográfico, abarcando sua historicidade, coexistências, contradições, relações de poder e formas de resistência (Santos, 2006).

O território é compreendido como uma categoria consubstancial porque é indissociável de nós, assim como nós somos indissociáveis dele, independentemente de quem sejamos. Todavia, a forma como o território será adjetivado e subjetivado depende de quem o produz.

Enxergá-lo como uma intersecção que consubstancia nossas relações pode nos levar a uma análise mais dinâmica e rica dessa tríade, pois a forma como gênero, raça e classe serão vivenciados depende, em parte, das disposições territoriais, das influências das instituições espacializadas e das lutas produzidas nesse território ao longo do tempo (Santos, 2008).

Portanto, a intersecção entre raça, classe e gênero, consubstanciada pelas dinâmicas territoriais, foi denominada "intersecção-consubstancial". Compreende-se que raça, classe e gênero são ingredientes (intersecções) da mesma massa de bolo, enquanto o território (consubstancial) corresponde à forma. Todavia, trata-se de uma forma de silicone, instável e que se recusa a se estabilizar.

Experiência da escassez e contracolonialidade

Além da intersecção-consubstancial, as noções de "experiência da escassez", de Milton Santos (2006), e de "contracolonialidade", de Antônio Bispo Santos (Nêgo Bispo) (2023), também foram centrais para compreender como gênero, classe, raça e território influenciam a produção dos quintais produtivos.

Para Milton Santos, a experiência da pobreza, quando em contato dialético com o território, pode levar as minorias sexuais, de gênero e raciais a produzirem materialidades que confrontam a racionalidade capitalista. Esse confronto com a norma hegemônica, que nem sempre é proposital ou consciente, é chamado pelo geógrafo de contra-racionalidade, pois navega contra o fluxo mercantil-capitalista, por onde supostamente deveria circular tudo o que é produzido e comercializado nesta sociedade. Para Santos, a agricultura familiar é um exemplo clássico de contra-racionalidade, pois as

famílias produzem formas materiais de existência capazes não apenas de se opor ao capitalismo, mas também de ameaçá-lo.

A longa e ininterrupta trajetória escravocrata faz com que muitas das reações materiais à experiência da escassez existentes no território brasileiro não sejam apenas contrárias à lógica capitalista, mas também à lógica colonial que constitui o capitalismo. Por isso, propomos um diálogo entre Milton Santos e Nêgo Bispo, pois, para este último, existem "contracolonialidades" que *impedem* a penetração total da colonialidade do capitalismo no território.

Em Bispo, contracolonizar é dizer "não!" às tentativas do capitalismo de colonizar a terra e os modos de vida tradicionais. Por isso, vemos a necessidade de articular a contra-racionalidade à contracolonialidade. A primeira dá conta da territorialização de objetos no espaço, ocasionada pela experiência da escassez (empobrecimento econômico), e a segunda, do significado político dessa mesma produção material.

Territorializar a raça, a classe e o gênero significa reconhecer que a terra e o entorno têm uma influência indispensável para compreender as formas de violência e desigualdade, bem como as formas de resistência e de (re)produção de modos de vida contracoloniais. Dito isso, tanto o quintal produtivo quanto as estratégias para mantê-lo serão considerados, neste artigo, como contracolonialidades que visam à manutenção do modo de vida tradicional, mas também à superação cotidiana das experiências de escassez.

Em outras palavras, em meio à experiência da escassez vivenciada pelas mulheres agricultoras, também surgem estratégias capazes de contracolonizar o campo. As estratégias naturalizadas no modo de vida dessas mulheres constituem práticas capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional, preservar a agrobiodiversidade e os ecossistemas locais, bem como promover o uso sustentável do solo.

Por isso, questionamos: como gênero, raça, classe e território influenciam a produção do quintal produtivo? Para responder a essa questão, antes precisamos conhecer o território em que se espacializam as intersecções-consubstanciais dessas mulheres: o Semiárido.

Embora o campo de pesquisa não se localize, do ponto de vista normativo, em uma região semiárida, mas sim na Zona da Mata, os longos períodos de estiagem e a falta de acesso à água criam pontos de convergência entre o Semiárido, propriamente dito, e a Zona da Mata. Não à toa, algumas políticas públicas voltadas ao Semiárido destinam-se a ambas as regiões (Moura, 2018; Gomes, 2021). Todavia, é importante enfatizar que a fome e a desnutrição, que marcam a história da Zona da Mata (Castro, 1984), quando se somam à falta de água, geram ainda mais conflitos, experiências de escassez e contracolonialidades.

Metodologia

Este artigo apresenta tanto os resultados de uma análise documental do acervo do *O Candeeiro*, da ASA, quanto os resultados de uma pesquisa de campo realizada no assentamento rural Arizona, no Rio Grande do Norte. O acervo do *O Candeeiro* está disponível no site da ASA, no qual é possível filtrar as buscas em seu extenso acervo. Os boletins podem ser pesquisados por meio da seleção de um dos dez estados disponíveis e de um dos seguintes assuntos: Acesso à Água, Acesso à Terra, Agricultura Familiar, Agrobiodiversidade, Agroflorestas, Criação Animal, Cultura, Economia Solidária, Educação Contextualizada, Juventude, Manejo da Caatinga, Mulheres, Organização Comunitária, Quintais Produtivos e Sementes.

Neste trabalho, realizamos uma revisão de literatura do boletim *O Candeeiro*, utilizando o filtro estadual "Rio Grande do Norte" e o assunto "Quintais Produtivos", para compreender como gênero, raça, classe e território influenciam a produção do quintal produtivo, revelando estratégias para lidar com as experiências da escassez que fazem florescer contracolonialidades.

Com a filtragem estadual e temática, identificamos 55 boletins publicados entre 2009 e 2018. Para a análise desse material, realizou-se uma Análise de Conteúdo (AC). A AC é caracterizada por quatro etapas analíticas: objetividade, construída a partir da pergunta-problema, direcionando a leitura do universo amostral; sistematicidade, responsável pela organização dos resultados em novas categorias; dimensão quantitativa, referente à frequência com que determinados aspectos aparecem no universo amostral; e dimensão qualitativa, responsável pela análise subjetiva, considerando as relações de poder, as ausências, as presenças e as contradições (Colbari, 2014).

A AC é importante porque nos ajuda a identificar as diferentes vozes presentes no boletim: a voz do próprio dado etnográfico/documental, a voz das agricultoras e a voz dos autores e das autoras (Colbari, 2014), que escreveram a partir de seus próprios referenciais. Além disso, fazemos valer mais dois benefícios da AC. O primeiro é a reorganização dos textos em categorias que florescem de acordo com a interpretação que o analista faz do universo amostral; o segundo é a inferência, que compõe a etapa final da análise de conteúdo e é responsável por trazer à superfície inquietações e fenômenos que estão ocultos ou até inexistentes no universo amostral (Colbari, 2014).

A pesquisa de campo foi realizada com dez mulheres assentadas da reforma agrária, autodeclaradas negras, moradoras do assentamento Arizona, localizado entre os municípios de São Miguel do Gostoso e Touros, na Zona da Mata do Rio Grande do Norte.

Os nomes reais das participantes foram substituídos por nomes de flores: Antúrio, 59 anos; Dália, 35 anos; Orquídea, 36 anos; Tulipa, 52 anos; Lírio, 34 anos; Margarida, 73 anos; Violeta, 77 anos; Girassol, 58 anos; Rosa, 70 anos; e

Magnólia, 60 anos. Recorreu-se aos nomes fictícios para resguardar as participantes de possíveis represálias e constrangimentos.

Para viabilizar o trabalho, o pesquisador ficou hospedado durante uma semana na casa de Magnólia, ancestralidade viva e referência de luta para as famílias do assentamento Arizona. A convivência com Magnólia possibilitou a utilização da técnica de pesquisa "bola de neve". Foi ela quem indicou as outras nove agricultoras do assentamento que cultivavam seus quintais.

Para o diálogo com as agricultoras, realizamos entrevistas face a face (Barbot, 2015), guiadas por um roteiro semiestruturado (Goldenberg, 1997). Como o quintal é um território complexo e múltiplo, a entrevista face a face proporcionou a delimitação de temas, estabelecendo um diálogo direcionado desde o início, mas permitindo que, desse direcionamento, emergissem histórias complementares (Barbot, 2015), capazes de nos ajudar a compreender a dinâmica subjetiva dos quintais produtivos (Goldenberg, 1997), onde, não coincidentemente, se encontram muitas das questões de raça, gênero, classe e território que aguçam nossa curiosidade. A escolha da abordagem qualitativa e da entrevista semiestruturada justifica-se pela delicadeza e pela fluidez que a pesquisa requer. Insegurança alimentar, fome e violência racial e de gênero são temas sensíveis que podem causar desconforto às mulheres, sobretudo considerando que o pesquisador é um homem. Por isso, foram elaborados dois roteiros de entrevista semiestruturados e um roteiro estruturado sobre insegurança alimentar.

O primeiro questionário teve como parâmetro a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), contendo oito perguntas referentes à segurança alimentar e nutricional das agricultoras e de suas famílias (fechado/estruturado). O segundo questionário abordou a situação socioeconômica da família, a estrutura do lar e a trajetória política das agricultoras (semiestruturado). Já o terceiro questionário, também compreendido como roteiro, tratou do quintal, da questão racial e da questão de gênero (semiestruturado). A articulação entre os três questionários possibilitou compreender a relação dialética entre a intersecção-consubstancial e o cultivo dos quintais produtivos, incluindo a identificação das experiências da escassez e das contracolonialidades que emergem desses espaços.

Como o quintal é um território complexo e múltiplo, a entrevista face a face possibilitou a delimitação de temas, estabelecendo um diálogo direcionado desde o início, mas permitindo que, desse direcionamento, emergissem histórias complementares (Barbot, 2015), capazes de nos ajudar a compreender a dinâmica subjetiva dos quintais produtivos (Goldenberg, 1997).

Os três questionários foram aplicados conjuntamente, e as entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelas participantes. Assim, a cozinha, o alpendre e o próprio quintal tornaram-se nossos espaços de diálogo e de construção da pesquisa. As entrevistas tiveram duração média de 1 hora e 30

minutos, embora algumas tenham sido mais curtas e outras mais longas.

O semiárido como intersecção-consubstancial e as estratégias contracoloniais para superar a escassez

As regiões semiáridas do Brasil tornaram-se objeto de disputas políticas e intelectuais, bem como de contradições e controvérsias que revelam tentativas coloniais de dominação e apagamento dos modos de vida tradicionais (Diniz; Santos; Rozendo, 2022; Rozendo; Brandenburg, 2022).

As consequências da seca no Semiárido foram desmascaradas, já na década de 1940, por Josué de Castro, como uma questão muito mais política e econômica do que natural. A naturalização das consequências da seca constituía um expediente utilizado pelas elites locais para justificar seu enriquecimento, por meio do que o jornalista Antônio Callado denominou de "indústria da seca" (Diniz; Santos; Rozendo, 2022). Essa indústria era responsável pela manutenção de um estado permanente de vulnerabilização das pessoas, impedindo o acesso à água, à terra, às sementes, à educação etc.

As experiências da escassez de água e de terra foram dois fatores importantes para que, na década de 1960, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), juntamente com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do Semiárido, criassem estratégias de adaptação compatíveis com as especificidades da região e, por meio delas, resistissem às violências e desigualdades decorrentes da invisibilidade, da descredibilização e das desigualdades políticas e econômicas às quais estavam submetidos. É importante ressaltar que a década de 1960 foi marcada pelo início da ditadura civil-militar brasileira, que perseguiu fortemente as populações rurais, qualificadas pelo regime ditatorial como "comunistas", instaurando uma atmosfera de medo e morte no Semiárido e fazendo das CEBs um dos únicos espaços minimamente seguros para a articulação de agricultoras e agricultores. A partilha de saberes e de experiências de adaptação entre esses diferentes grupos constitui a produção de contracolonialidades a partir das formas de escassez incorporadas ao agenciamento do território. Esse processo contribuiu para o reconhecimento das populações rurais do Semiárido como sujeitos e sujeitas empoderados(as) para o agenciamento social e político e para a defesa de seus modos de vida, possibilitando a criação, na década de 1980, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) (Rozendo; Brandenburg, 2022).

No final da década de 1990, foi criada, em Recife, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes (COP-3) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) (Diniz; Santos; Rozendo, 2022). A ASA é composta por mais de três mil instituições, entre ONGs, sindicatos rurais e cooperativas, com atuação nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba,

Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (ASA, 2023).

Em 1999, no início de sua trajetória, a ASA publicou um manifesto intitulado "Declaração do Semiárido", no qual denunciava o estado de calamidade pública ao qual eram submetidas as populações rurais do Semiárido. A declaração denuncia o descaso do poder público com as especificidades do bioma Caatinga e dos governos locais com as populações camponesas que convivem com o Semiárido. Para a ASA, não é possível "combater a seca", mas "conviver com o Semiárido", considerando os saberes e as habilidades que as populações locais desenvolveram na interação com o território (Rozendo; Diniz, 2020).

A partir de 2001, a ASA passou a apoiar fortemente práticas já em curso no território, como a construção de quintais, a criação de casas de sementes crioulas, o reflorestamento da Caatinga, a construção de cisternas para captação de água da chuva, entre outras. Entre essas tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, a construção de cisternas acabou se tornando o carro-chefe de um amplo processo de experimentações (Diniz; Santos; Rozendo, 2022), com vistas à Convivência com o Semiárido, dando origem, em 2003, ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) (ASA, 2023). Posteriormente, em 2007, a ASA criou o projeto "Uma Terra e Duas Águas" (P1+2), com o intuito de garantir água para os plantios nas comunidades rurais, com foco na promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

No intuito de dar visibilidade às experiências das famílias rurais beneficiadas pelos referidos programas e aos seus modos de vida contracoloniais, a ASA criou, em 2010, o boletim informativo "O Candeeiro". Nele, são sistematizadas as experiências de agricultores e agricultoras da região semiárida.

Por meio desse pequeno, mas grandioso, boletim, conhecemos histórias escritas pelas próprias agricultoras e pelos próprios agricultores e/ou por movimentos sociais acerca dos processos de adaptação, da preservação das culturas alimentares, das formas criativas de lidar com as experiências da escassez, da utilização de tecnologias sociais sustentáveis e das relações econômicas, sociais e afetivas construídas por meio do acesso à água e a partir dele (Gonçalves et al., 2021).

No dicionário da língua portuguesa, *candeeiro* significa: "Utensílio composto por uma lâmpada adaptada, cuja luz se dirige para a área a ser iluminada; abajur, luminária" (Dicio, 2023, [s/p]). Nesse sentido, as experiências apresentadas no boletim informativo visam iluminar o Semiárido e as vivências que florescem nesse território, sistematicamente concebido como pobre e improdutivo (Rozendo; Brandenburg, 2022). O *Candeeiro* ilumina as contracolonialidades ao mostrar que, sim, há vida, agrobiodiversidade e saberes contracoloniais pungentes na Caatinga brasileira que merecem ser valorizados e replicados (Gonçalves et al., 2021).

Gonçalves et al. (2021) reiteram diversas vezes que a linguagem de fácil entendimento é um dos pontos altos do boletim. Sendo assim, ele ilumina não só as experiências das agricultoras e dos agricultores que produzem ou são retratados nos textos, mas também possui um caráter pedagógico e confluente, que inspira, incentiva e ensina outras famílias sobre formas de adaptação e experimentação no Semiárido, estratégias para a criação de associações comunitárias e o fortalecimento da agricultura familiar e da identidade como agricultor(a), à medida que as famílias leitoras credibilizam as experiências exitosas das famílias retratadas no boletim. Inclusive, ter uma experiência retratada em *O Candeeiro* é um sonho de muitas mulheres do Sertão do Pajeú (PE) e, talvez, de outras regiões do Semiárido brasileiro (Gonçalves et al., 2021).

O boletim *O Candeeiro* não só evidencia a contracolonialidade do Semiárido enquanto território agenciado e agenciador, insubmisso ao colonialismo graças às populações tradicionais, como também mostra a forma pela qual essa contracolonialidade se materializa no território, a partir dos modos de vida das famílias. Sendo assim, o boletim não é apenas informativo, mas também formativo e pedagógico, contribuindo para a construção de resistências e para a defesa da (re)produção dos modos de vida da agricultura familiar no Rio Grande do Norte.

O Candeeiro e as relações (contraditórias) de gênero: os homens nos quintais potiguares, a jornada afetiva das mulheres e o agenciamento racial do território

Pacheco (2009, p. 4) revela que "as mulheres representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores", desempenhando um papel indispensável na produção sustentável de sistemas alimentares, e que, "na América Latina e Caribe, são responsáveis por 45% da produção de alimentos". As mulheres são as grandes protagonistas no cultivo dos quintais produtivos, como evidenciam as experiências brasileiras e potiguares.

Ribeiro et al. (2012), em sua pesquisa realizada em Montes Claros, Minas Gerais, evidenciaram que a conservação e a transmissão dos saberes agrícolas, realizadas pelas mulheres, sobretudo pelas mais velhas, estão associadas à morte precoce dos homens ou à sua morte no início da velhice, ocasionada pela deterioração física decorrente de condições de trabalho muitas vezes análogas à escravidão. Já no estudo de Ferreira et al. (2009), realizado em Mirandiba, Pernambuco, constatou-se que os homens saem em busca de trabalho porque não há outras oportunidades de emprego fora da estação chuvosa, contribuindo para que o cuidado com os quintais e com o roçado se torne responsabilidade exclusiva das mulheres.

Entretanto, as experiências retratadas em *O Candeeiro* do Rio Grande do Norte nos apresentam um homem rural presente no cultivo dos quintais e, em algumas delas, como protagonista. Além disso, a presença desses homens

também revela novas e/ou diferentes formas de atuação das mulheres nos quintais produtivos.

Dentre os 55 boletins, 24 evidenciam a presença de homens no cuidado com os quintais, enquanto as mulheres aparecem em 29 experiências. Há, ainda, oito experiências comunitárias protagonizadas por homens e mulheres conjuntamente e três experiências comunitárias protagonizadas apenas por mulheres.

Raramente os homens aparecem sozinhos no cuidado com o quintal, e isso é um aspecto que merece atenção. Isso acontece porque as mulheres acompanham seus maridos, seja trabalhando lado a lado no manejo, seja empoderando-os e encorajando-os a não desistirem da produção no quintal, seja como autoridade na decisão sobre o que será cultivado, já que são elas as responsáveis pelo preparo dos alimentos. Sendo assim, embora os homens apareçam com frequência na literatura, o protagonismo das mulheres permanece como uma realidade.

No Sítio Trincheira, no município de Doutor Severiano, vive dona Eunice (*O Candeeiro*, [2023]), agricultora familiar cujo patrimônio cultural foi transmitido por seu pai, constantemente rememorado e enaltecido por ela. Ela é casada com o senhor Rafael, que, em 2010, já estava havia nove anos impossibilitado de manejar os quintais em razão do mal de Parkinson.

Dona Eunice, com os conhecimentos que adquiriu com seu pai, impulsionou, juntamente com os filhos, a produção nos quintais. Graças à organização coletiva, conquistou, por meio do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), a Cisterna Calçadão, para cuja construção ela mesma cavou o buraco. A agricultora almejava a chegada da cisterna para ampliar o cultivo de plantas frutíferas, expandir a horta e iniciar a criação de ovelhas.

Seu Hélio, morador do Assentamento Mulungu, localizado a 29 km do município de Pendências (*O Candeeiro*, [2023]), além da produção no quintal de casa, exercia um trabalho assalariado como vigilante em uma empresa de produção de camarão em viveiros. Durante o período em que trabalhava, não conseguia dar conta do manejo do quintal. Por isso, sua esposa, dona Maria Zilda, assumiu a condução da produção, que posteriormente voltou para as mãos do marido, quando ele pediu demissão do trabalho em razão de problemas cardíacos.

No Sítio Guaí, no município de Monte das Gameleiras, vivem seu Alemão e dona Neide (*O Candeeiro*, [2023]). Ele, após adoecer, pediu demissão do trabalho de pedreiro na prefeitura e passou a dedicar-se à produção em seu quintal. Já dona Neide, conhecida por seu carisma e diplomacia, é responsável pela comercialização. Para que conseguissem produzir, comercializar e criar animais da forma como desejavam, precisavam, antes de tudo, de acesso à água. Dona Neide relata um pouco de como se deu o processo de aquisição da cisterna da família.

> O casal conta que, no início, a conquista da cisterna não foi algo fácil para a família. Enquanto seu Alemão, prevendo a dificuldade de participar dos cursos e dos intercâmbios - pré-requisitos para o recebimento da cisterna - devido à necessidade de manutenção do quintal, acabou desanimando, dona Neide relata como resolveu a situação por meio da força de vontade e do incentivo ao companheiro, apontando a solução para a melhoria das condições de vida produtiva da família: "No começo ele não queria, daí eu dizia: 'Alemão, vamos ajeitar. Tu não gosta de andar, eu vou...'. Eu fiquei bem satisfeita com a cisterna!" (p. 1).

Seu Alemão ficou extremamente entusiasmado com as potencialidades da cisterna. Ele passou a fazer o reuso da água, captar a água da chuva e armazená-la em outro recipiente para potencializar seu aproveitamento. Também conseguiu ampliar e manter suas hortas, que, como já reiteramos algumas vezes, são de extrema importância para a agricultura familiar do Semiárido. Ademais, a renda foi potencializada pela comercialização da produção do quintal, enriquecida pelo acesso à água.

No que tange à presença dos homens nos quintais, destacam-se: (1) o adoecimento físico, associado ao trabalho árduo ao longo da vida; e (2) o desejo de retornar às atividades agrícolas, agora no próprio domicílio, o que contribui para a potencialização dos quintais. A degradação e o desgaste físico decorrentes do trabalho ao longo da vida fazem do quintal produtivo um espaço terapêutico e de acolhimento para os homens potiguares, no qual o trabalho não tem como premissa a exploração do outro.

Essas três experiências nos mostram algumas questões relacionadas à intersecção-consubstancial das mulheres diante da presença dos homens nos quintais, revelando especificidades que nós, inclusive, ainda não conhecíamos acerca da relação das mulheres com esses espaços, justamente por ainda não termos lido experiências nas quais a figura masculina se fizesse tão presente.

Paulilo (2016) nos mostra como o considerado "trabalho leve" das mulheres rurais é, na verdade, um trabalho extremamente pesado, cansativo e sobrecarregado. O trabalho doméstico, o cuidado com a família e a "ajuda" que a mulher presta no roçado - que, na verdade, corresponde a um trabalho equivalente ao do homem - levam à compreensão de que o trabalho feminino é mais leve, pois não carrega os símbolos e as características comumente associados e atribuídos ao trabalho pesado desempenhado pelos homens. Além disso, a jornada nos quintais produtivos não está necessariamente alinhada à do roçado, pois, além de os cultivos não serem os mesmos, a dinâmica de organização do quintal está integrada à casa (Firmiano Junior, 2020).

A presença e/ou o protagonismo do homem no quintal revelam uma outra face, até então desconhecida por nós, a respeito da presença das mulheres nesses espaços: a jornada afetiva. Na literatura, encontramos a jornada da mulher com o quintal, sua jornada, muitas vezes, nos roçados ao

lado do marido (Paulilo, 2016), a jornada com a família e, em alguns poucos casos, a jornada do trabalho assalariado (Gomes, 2021). A presença do homem no quintal nos apresenta essa nova jornada, que constantemente explicita o gênero, em parte, como performance e performatividade.

Quando Judith Butler (2003) trata da performatividade, ela a compreende como a corporificação do gênero e o gênero como a materialização da semântica de gênero; ou seja, o gênero é a materialização da linguagem que é construída (ou desconstruída) enquanto gênero. Por trás desse "cuidado" das agricultoras estão: (1) a reiteração do gênero feminino como tal; e (2) as estratégias desenvolvidas pelas agricultoras para manter os quintais produtivos. Assim, se, de um lado, temos a atualização dos papéis de gênero, de outro, temos a luta pela preservação do patrimônio cultural.

O caso de dona Eunice, por exemplo, nos mostra que, se não fosse sua iniciativa para conquistar a cisterna, o marido não usufruiria dos benefícios proporcionados por essa tecnologia social. Para que ele pudesse agir, foi necessário, antes, o agenciamento da mulher por meio desse "trabalho afetivo", que possui um caráter político, afetivo e objetivo.

No Sítio Campos, no município de Umarizal, vive dona Fátima (*O Candeeiro*, [2023]), que pulveriza suas plantas combinando urina de gado, pimenta-malagueta, adubo e folhas. Com ela, nada se desperdiça; tudo é multidimensionado. Foi nessa perspectiva que ela passou a dar destino à imensidão de frutas existente em seu quintal, vendendo dindins de frutas na comunidade. Além da comercialização dos dindins, do leite e do mel, dona Fátima trabalha (pesado) no roçado, maneja o quintal, cuida da família e desempenha as atividades domésticas. Assim como seu Alemão, seu João, marido de dona Fátima, sente os impactos das atividades desenvolvidas pela esposa e delas é beneficiado. Ao mesmo tempo em que essa jornada de trato sensível e afetivo com o homem parece irrelevante, a "jornada afetiva" se mostra central e agenciadora.

A articulação entre afeto, trabalho, violência, escassez e agenciamento das mulheres foi debatida por Lélia Gonzalez, quando a autora escreveu sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres negras escravizadas no interior das casas-grandes. Essa agência, que estamos nomeando de "jornada afetiva", é recorrente na obra da autora, que defende que, em um cenário de impossibilidade de revolta ou até mesmo de fala, as mulheres negras lutam de forma silenciosa, e essas situações, quando observadas de forma apressada, podem ser confundidas com submissão e/ou inferioridade. Tanto Gonzalez (2020) quanto Davis (2016) nos mostram que não existe "afeto puro"; muitas vezes, ele pode estar articulado ao trabalho e à violência cotidiana. A interseccionalidade não imbrica apenas categorias; ela também "embaralha" sentimentos e emoções derivados da experiência vivida com os marcadores sociais. A diplomacia da jornada afetiva não acontece necessariamente, ou somente, por medo do marido; ela se articula com a urgência de produzir e com

o amor e o cuidado com o companheiro, que, em alguns casos, relega à mulher a obrigação de um cuidado ameno e de críticas suavizadas.

A jornada afetiva é um fato performativo. A performatividade não só constrói, como também reitera a própria performatividade de gênero (Butler, 2018). As performatividades são relacionais e contextuais, pois se configuram a partir da raça, da classe e do território. A presença do homem no quintal mostra que a "jornada afetiva" é ambígua e momentânea e se materializa no território de forma contextual, a depender da urgência e da necessidade da mulher. Os elementos que compõem a performance do gênero "feminino" das mulheres agricultoras também são performados por meio das especificidades de seus modos de vida ligados à terra.

Santos (2017), que fez pesquisa com as mulheres da Rede Xique Xique do Rio Grande do Norte, nos mostra através de uma de suas entrevistas que:

> Hoje, o dinheiro que [a mulher] ganha é investido na própria horta e contribui para o pagamento das despesas da casa. Ela relata que, no início, o marido não queria que participasse da iniciativa, afirmando que aquilo não tinha futuro. No entanto, ela acreditou no projeto e perseverou. Atualmente, o marido tornou-se um grande apoiador dessa iniciativa (Santos, 2017, p. 45).

A presença e/ou o protagonismo do homem no quintal revela uma dimensão até então pouco explorada acerca da participação das mulheres nesses espaços: a jornada afetiva. A literatura aborda a jornada da mulher no quintal, sua atuação nos roçados ao lado do marido (Paulilo, 2016), sua dedicação à família e, em alguns casos, sua inserção no trabalho assalariado (Gomes, 2021). Entretanto, a presença do homem no quintal evidencia uma nova configuração dessa jornada, explicitando como as relações de gênero se manifestam, em parte, por meio da performance e da performatividade.

É importante considerar que, em uma relação de gênero, há uma retroalimentação entre eles. Os gêneros, retroalimentados na relação agricultora-agricultor e alicerçados pela intersecção-consubstancialidade, fazem com que a presença da mulher permaneça inferior, invisibilizada e subpotencializada quando há a presença do homem. Mas a forma como o homem vai se relacionar com o quintal é influenciada pela performatividade da mulher, pois quem utiliza artimanhas semânticas, diplomáticas e afetivas para manter a produtividade do quintal são as mulheres! A voz e a ação política das mulheres rurais, sobre-representadas pela voz e pela "ação" legítimas do homem, materializam as potencialidades proporcionadas pelos quintais produtivos.

No assentamento Morada do Sol, no município de Carnaubais, vive dona Ivonete (O Candeeiro, [2023]), que nos relata: "Quando não tínhamos água aqui, eu comecei a cuidar de um pé de coqueiro e carregava baldes na cabeça. Mangavam de mim, mas hoje cada coco que tem em nosso quintal é um litro de

água, e bem docinha" (p. 2). Dona Ivonete, casada com Seu Batista, ainda diz: "Se um dia meu marido sair daqui, eu tomo conta de tudo" (p. 2).

No assentamento Professor Maurício de Oliveira, em Assú, vive dona Ana (O Candeeiro, [2023]), que, além de cultivar em seu quintal, é guardiã de sementes crioulas e fez o curso de cisterneira. Por meio do curso, ela tinha como objetivo construir sua própria cisterna. Ela relata:

> Todo mundo duvidava que eu não era capaz, e eu disse: 'Vamos fazer, e não vai haver nenhum vazamento'. E foi dito e feito. Estou muito satisfeita, pois hoje posso dizer que colaborei para continuar com meu quintal vivo. Minhas plantas estavam quase morrendo, e eu quase perdia tudo [...] (p. 2).

A forma como as mulheres resistem e defendem os seus quintais, mesmo em meio à descrença das pessoas ao redor, e a forma como o quintal se mulheriza e eleva a autoestima das agricultoras simbolizam a luta cotidiana da qual falava Lélia Gonzalez.

A preservação e a reformulação das relações coloniais, como a jornada afetiva, apontam para o agenciamento racializado do território, que, por ser um marcador consubstancial, compõe as intersecções das agricultoras e influencia o cuidado delas com os quintais produtivos.

A raça para além do corpo: a subjetivação da raça pelo território como agenciamento cotidiano

Os estudos decoloniais nos ajudam a entender a América Latina como uma região que é inferiorizada cultural, econômica e politicamente pelos continentes hegemônicos do Norte Global e do Ocidente, justamente porque é um território historicamente discriminado racialmente (Quijano, 2014); um território indígena e enegrecido; um território "amefricano", nas palavras de Lélia Gonzalez (2020).

Quando voltamos para o rural, considerando o agenciamento do território como coprodutor das relações humanas, percebemos que a dificuldade em encontrar diferenças e/ou desigualdades raciais se deu porque as relações raciais não são agenciadas apenas pelo corpo das pessoas, mas pelo território.

Há um campesinato livre e resistente ao poder colonial e imperial na Zona da Mata desde o século XVIII, quase 200 anos antes de os imigrantes europeus se instalarem no sul do país e serem consagrados pela sociologia rural hegemônica como "o campesinato brasileiro". A retomada do poder da economia de plantation no final do século XVIII (1790) causou uma reação "anticamponesa" do Estado. Primeiro, tentou-se "plantationizar" os camponeses,

mas, dada a resistência, o poder colonial passou a expulsá-los das terras férteis do litoral nordestino (Palacios, 1987).

No início do século XIX, a produção de cana-de-açúcar de Ceará-Mirim, município da Zona da Mata potiguar, está tão efervescente que vai ditar o preço do açúcar na Europa (Firmiano Junior, 2020). Já em 1878, às vésperas da abolição formal da escravidão, os grandes e médios proprietários de terras do Norte e do Nordeste participaram do Congresso Agrícola do Recife e disseram estar satisfeitos com a oferta de trabalho dos "camponeses autônomos" nas fazendas e nos engenhos. Todavia, o trabalho livre não foi a solução para a extinção da escravidão, mas, ao contrário, a extinção foi possível graças ao investimento multifacetado do Estado nos camponeses empobrecidos da Zona da Mata. A violência e a expropriação foram arquitetadas e pensadas para que os grandes proprietários se mantivessem no poder e lucrando com o campesinato. Colonizar para modernizar.

A sociologia rural percebeu que a modernização conservadora do campo manteve, no pós-abolição, relações desiguais de terra, tanto quanto, se não pior do que, as relações do período escravocrata (Martins, 2010; Garcia, 2003), e as teóricas e os teóricos negros e negras dos estudos raciais perceberam a permanência e a manutenção das violências escravocratas na sociedade moderna-capitalista (Davis, 2016; Nascimento, 2016; Du Bois, 2021). A jornada afetiva está inclusa nesse processo de manutenção e permanência.

Os processos que caracterizam, comumente, a experiência negra na plantation e a escravidão, de forma geral, estão conservados nas relações capitalistas com o campo e, por isso, de certa forma, as relações se enegrecem sem a presença da pessoa negra. A fome, a sede, a doença, os relatos de cansaço e de vergonha de si são temas que encontramos na excursão de Du Bois ao Sul dos Estados Unidos, no final do século XIX (2021), em José de Souza Martins, em sua análise sobre o colonato em São Paulo (Martins, 1998), e também em Josué de Castro, quando ele percebe a relação entre morte, terra, doença e alimentação em Pernambuco (Castro, 1978). O ponto é: por mais que nem todos esses autores tenham realizado pesquisas apenas com pessoas negras, a forma como os agricultores e as agricultoras narram suas experiências com a terra denuncia que o Estado já enegreceu o território.

Souza (2009) aponta a expressividade da quantidade de pessoas negras nos projetos de assentamento da reforma agrária da Zona da Mata nordestina. No caso potiguar, 57,59% dos agricultores/as potiguares são pessoas negras (Bergamo, 2017), e essa mesma Zona da Mata é onde também se concentra boa parte das comunidades indígenas e quilombolas do estado (Gomes, 2021).

Quando juntamos essas informações, baseando-nos no enegrecimento da cultura brasileira (González, 2020), no enegrecimento da classe trabalhadora brasileira (Fernandes, 2008) e na africanização e indigenização da alimentação brasileira (Castro, 1980), podemos crer que há relações rurais enegrecidas no campo potiguar.

Se os quintais produtivos cultivados por pessoas brancas pobres estiverem em um território racialmente discriminado (tal qual a América Latina), compreendido como um território irrelevante do ponto de vista econômico e político e no qual, literalmente, matar e deixar morrer são quase sinônimos (Mbembe, 2018), essas pessoas brancas pobres sentirão, a partir dos seus lugares raciais, as consequências de viver em um território enegrecido.

Anjos (2000) chama de "rachadura na identidade" a posição racial do branco cabo-verdiano, chamado de "branco da terra", que é um branco de segunda categoria em comparação ao branco português, vulgo "branco da Metrópole". Esse "branco da terra", ao mesmo tempo em que é descredibilizado enquanto branco pelos brancos da Metrópole, tampouco era considerado "nativo" pelos negros. A sua identidade racial é movediça em um cenário "macro", mas material e "sólida" no contexto "micro".

Pensando na intersecção-consubstancial do território, a "rachadura na identidade" da mulher branca pobre do meio rural potiguar a transforma em uma branca não de segunda, mas talvez de "terceira classe". O território enegrecido enegrece as relações rurais das agricultoras.

Encontramos, no boletim *O Candeeiro* da ASA, as intersecções entre os quintais produtivos, as sujeitas, os territórios contracoloniais e uma "diluição" das relações raciais históricas no território e nas práticas das mulheres. Através dessa revisão de literatura, percebemos que a raça não é apenas um elemento corporal, mas um elemento capaz de "desgrudar" do corpo e "grudar" no território. Todavia, a questão racial (raça e racismo) continua sem ser uma variante entre os boletins de *O Candeeiro* da ASA que visibilizam o cultivo dos quintais produtivos, mesmo que muitas das fotos do boletim nos revelem agricultoras negras.

Na próxima seção, vamos discutir como a raça das agricultoras autodeclaradas negras se intersecciona com a tríade gênero-classe-território e se incorpora à dinâmica dos quintais produtivos. Se, na análise documental do boletim, a raça aparece como subjetivação territorial histórica, na próxima seção veremos como ela compõe as dimensões dos quintais produtivos a partir da pesquisa de campo realizada no assentamento Arizona.

Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivados por mulheres negras do Arizona/RN

O Assentamento Arizona é composto por três agrovilas: Arizona, Paraíso e Novo Horizonte. A pesquisa de campo foi realizada na Agrovila Arizona, que carrega o nome do assentamento porque foi a partir dela, em 1996, que se iniciou a ocupação do território por 180 famílias. Esse período é comumente referenciado como "o tempo das barracas" (Silva, 2006). O "tempo das barracas", que durou dois anos, é o período de acampamento das famílias que foram

assentadas; esta é uma forma padrão de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para assentar famílias sem terra. Nesse primeiro momento, as 180 famílias ficaram reunidas onde hoje é a Agrovila Arizona.

A transformação do território desapropriado em assentamento rural se iniciou a partir da chegada dos homens ao território; as mulheres chegaram alguns meses depois, com as crianças e com a força de trabalho para contribuir na organização física do território. Homens e mulheres lado a lado, arando a terra, cortando capim e preparando o terreno para que se tornasse habitável, próspero e frutífero. Nas palavras de Tulipa (62), sobre a situação inicial da propriedade: "Só tinha mato e fome".

O que existe de agrobiodiversidade hoje foi feito pelas mulheres, que trouxeram suas sementes de árvores frutíferas de seus lugares de origem (Cana Brava, no município de Pureza, e Boqueirão e Boa Cica, em Touros). Dada a falta de sementes e a impossibilidade de produzirem hortaliças nos arredores das barracas, pela escassez de água, as árvores frutíferas foram a alternativa materializada pelas mulheres, por não exigirem irrigação constante. A falta d'água ocasionou idas e vindas das mulheres à comunidade do Aracati para buscar água. O demorado percurso era realizado com o balde d'água na cabeça, acompanhado de um sol escaldante. Também havia longas viagens trazendo e levando sementes para as barracas.

Desde a chegada das mulheres ao assentamento, as múltiplas jornadas de trabalho começaram a aparecer: o trabalho no roçado junto com os homens; a alimentação deles e das crianças; a busca por água e sementes; o cuidado com a "casa", que, até então, era uma barraca feita de madeira, lona e lençóis; a geladeira eram bolsas e estojos, e o armário era um buraco no chão, cavado pelas mulheres... Eis a experiência histórica da escassez se materializando no território por meio dos objetos disponíveis nele.

Ainda, esse momento de chegada já nos apresenta duas formas de adaptação e experimentação do território: a adaptação às especificidades ambientais do assentamento, a adaptação das sementes frutíferas e a experimentação de objetos como móveis improvisados. Ademais, por meio das sementes e da água, a chegada das mulheres representa, também, a chegada da agrobiodiversidade ao território, subjetivando-o com seus próprios referenciais.

Depois dos dois anos do tempo das barracas, ficaram prontas as casas feitas pelo INCRA, que, embora fossem padronizadas, podiam ser modificadas de acordo com os gostos, modos e interesses das famílias. Além do terreno da casa, que conta com o quintal ao seu redor, cada família possui um lote de terra para plantar, o roçado. Com a construção das casas, veio o reordenamento do espaço, e parte das 180 famílias acampadas foi para as agrovilas Paraíso e Novo Horizonte, enquanto a outra permaneceu na Agrovila Arizona.

Orquídea (36) nos contou que o Assentamento Arizona era, inicialmente, para ser uma agrofloresta, que é um sistema agroalimentar que consiste em produzir uma variedade de culturas alimentares e árvores frutíferas de forma integrada no quintal. Inclusive, foi nesse período que se construíram muitos dos quintais produtivos do assentamento. Todavia, o desaparecimento da assistência técnica rural impediu que o projeto se concretizasse.

O primeiro quintal produtivo que prosperou no assentamento foi uma horta comunitária cultivada pelas mulheres, em parceria com a Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), no início dos anos 2000. A AACC doou sementes para as mulheres do Arizona, que, inclusive, são guardadas até hoje por algumas das agricultoras, como Girassol (58), que as tem quase como órgãos: memória de um tempo feliz e possibilidade de um futuro sem sementes transgênicas. Nas palavras de Magnólia (60), as sementes doadas pela AACC eram "semente boa!".

As mulheres iniciaram a construção da horta experimentando o melhor local para produzi-la. A horta coletiva começou apenas com coentro, mas, com a chegada do poço, também viabilizada pelo apoio da AACC, as mulheres conseguiram ampliar a produção, cultivando também alface, cebola, cebolinha, cenoura, berinjela, beterraba e couve. Os homens procuraram o presidente da associação da época para tentar decidir onde seria instalado o poço, mas as mulheres resistiram, pois, se o poço foi destinado a elas, "então o poço vai ser perfurado onde é a horta das mulheres!", revidou Orquídea ao presidente.

Infelizmente, o adoecimento de muitas mulheres e a aposentadoria de outras ocasionaram o esvaziamento da horta comunitária, permanecendo apenas Magnólia no cuidado com as culturas alimentares. Mas, assim como as outras agricultoras, ela passou a dar mais atenção ao seu quintal individual. Dito isso, no próximo subitem do artigo, vamos analisar como as intersecções-consubstanciais, sobretudo a raça, se materializam nas dimensões dos quintais produtivos individuais das mulheres autodeclaradas negras: agrobiodiversidade, segurança alimentar e nutricional e adaptação e experimentação.

Entre escassez, descredibilidades e contracolonialidades: a produção da agrobiodiversidade e as estratégias para garantir a segurança alimentar e nutricional

No Arizona, há uma ausência indesejada das hortas, que se materializa por conta da (1) insuficiência de água; (2) da escassez de tecnologias sociais sustentáveis para a convivência com os longos períodos de estiagem que caracterizam a região; (3) do desnivelamento do território, que gera uma distribuição desigual da água; (4) da ausência de assistência técnica para o auxílio pedagógico com os quintais; e também (5) das taxas exorbitantes da

conta de água, que, inclusive, muitas vezes nem chegam às casas das famílias, principalmente daquelas construídas na parte mais alta do assentamento. Há também o caso de Girassol, que parou de plantar abacaxi depois que seu marido vendeu toda a safra para comprar bebida alcoólica. A experiência traumática com o marido influenciou diretamente a produção da agrobiodiversidade do quintal.

Essa série de experiências de escassez e violências nos coloca em alerta quanto à categoria "cultura local", que acompanha veementemente a literatura dos quintais produtivos (Oakley, 2004). Não são apenas as escolhas, os gostos e os saberes ancestrais das famílias que vão influenciar a agrobiodiversidade do quintal. A descredibilização das mulheres negras nos espaços de decisão política, a violência patrimonial e as experiências de escassez às quais o território e as mulheres estão submetidos também influenciam nessa equação. A agrobiodiversidade do quintal não é composta apenas pelos "gostos e saberes", mas também pelas intersecções das violências sistêmicas que se consubstanciam cotidianamente com o território enegrecido.

No que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional e à comercialização, é importante frisar que, diferentemente do que é visto em outras regiões, os quintais produtivos nordestinos são reconhecidos por sua produção majoritariamente destinada ao consumo da própria família (Silva; Silva, 2022), e o caso potiguar não é exceção. A ausência de assistência técnica leva à diminuição da agrobiodiversidade do quintal, impactando, dessa forma, a diversidade que chegará à mesa da família e, consequentemente, o que será vendido e comprado.

Atualmente, a literatura sobre Segurança Alimentar e Nutricional trabalha com a noção de "dieta ocidental", caracterizada pela abundância de gorduras saturadas, alimentos refinados e açúcares, bem como pela carência de fibras (Barros et al., 2022). Existe um teor político na semântica do termo, que atribui uma crítica à construção ideológica ao delimitar o "Ocidente" como protagonista dessa tragédia alimentar. Acreditamos que esse termo receberia muito mais significados se, em vez de "Ocidente", tocássemos na ferida do capitalismo: a escravidão moderna. Dieta-branca, ou dieta-colonial, envolve, necessariamente, o sujeito da ação: o homem branco europeu e estadunidense das classes dominantes, os senhores de engenho deste grande canavial chamado indústria alimentícia (Shiva, 2002; Oliveira, 2015).

As agricultoras entrevistadas têm aversão aos alimentos ultraprocessados, que chegam às suas mesas todo final de mês como materialização da escassez de horta, de renda, de assistência técnica e de autonomia para plantar. A aversão e a repulsa também aparecem na vergonha de dizer que já plantaram sementes transgênicas, pois, mesmo reconhecendo seus malefícios e que as sementes constantemente "falham" (não germinam), em alguns momentos elas são a única opção.

A preferência das mulheres é pela "alimentação (dieta) contracolonial",

cultivada e abatida pela própria família, comprada na vizinhança ou doada por vizinhos. Inclusive, algumas das casas que visitamos tinham duas cozinhas: uma dentro da casa e outra voltada para o quintal ou localizada dentro dele. Nas cozinhas de dentro, são preparados os alimentos ultraprocessados, e, nas cozinhas de fora, são preparados os alimentos afetivos, compartilhados com os vizinhos e produzidos no próprio assentamento.

A integração entre a cozinha e o quintal não é insignificante. Nas conversas e risadas na hora de lavar a louça, no ato de cozinhar e no entorno desse quintal-cozinha/cozinha-quintal, são preservadas: (1) as características das culinárias de cada mulher, apreendidas com seus pais, mães e avós; (2) a diversidade na alimentação das famílias; e (3) a agrobiodiversidade do quintal e da Zona da Mata potiguar.

Em relação à comercialização, infelizmente suas produções são sucateadas e/ou seus excedentes de produção são desvalorizados. Orquídea e Magnólia foram as mulheres que tocaram nesse ponto. Uma cisterna destinada à casa de farinha, para a produção de farinha de macaxeira pela comunidade, caiu em desuso porque sua localização não seguiu as recomendações de Magnólia e Orquídea, sendo instalada onde o presidente da associação gostaria que ficasse, e não onde as mulheres negras consideravam pertinente. O resultado foi uma casa de farinha desativada e uma cisterna seca, impossibilitando a produção e a comercialização da farinha.

No que tange à comercialização dos excedentes, o quilo da castanha de caju *in natura*, que é uma das poucas culturas alimentares comercializadas, custa R$ 2,00, enquanto, em uma rede nacional e internacional de supermercados, custa, em média, R$ 25,00. A galinha, que as mulheres nos disseram valer entre R$ 50,00 e R$ 60,00, está sendo vendida por R$ 30,00. A compreensão de que "é melhor isso do que nada" assegura a venda da produção das mulheres. Dessa forma, a vulnerabilização econômica impacta diretamente a Segurança Alimentar e Nutricional pela ausência de uma renda que arque com as necessidades alimentares da família (Santos, 2017) e contribua para o afastamento da dieta-colonial (ultraprocessados e sementes transgênicas).

Além disso, essas mulheres têm um arsenal de árvores frutíferas em seus quintais, mas não sabem como dar destino aos frutos. A falta de dinheiro, combinada com o desaparecimento da assistência técnica, leva à desvalorização dos poucos alimentos que conseguem vender, como é o caso da galinha, que todas elas concordam valer entre R$ 50,00 e R$ 60,00, mas é vendida por R$ 30,00 devido à necessidade. O dinheiro adquirido é destinado, em parte, à compra daquilo que gostariam de plantar nos quintais, mas, infelizmente, não conseguem. Por outra via, a estratégia contracolonial é a partilha de alimentos e de animais abatidos entre as mulheres do assentamento.

Magnólia, por exemplo, junta as cascas de frutas, os caules de legumes e as sobras das refeições e as deixa penduradas em um balde. Quando esse balde enche, seu conteúdo conflui para o outro lado da rua: o quintal de Tulipa. Na casa dela, essa mistura se torna a comida do seu porco, que, quando for abatido, será dividido com toda a comunidade. Ao passo que essas mulheres partilham animais não humanos e empoderam umas às outras, a contracolonialidade conflui de uma casa à outra. Inclusive, o fato de os animais não humanos confluírem entre os quintais das famílias assentadas produz um laço muito caro para o fortalecimento comunitário e político dos assentamentos rurais (Andrade et al., 2013).

É nesse espaço que se preserva a contracolonialidade. Ali é preservado um modo de vida que não foi colonizado pelo capitalismo. Por mais que as dificuldades em torno da comercialização, da insuficiência da renda e da falta de serviços públicos materializem a necessidade do "moderno-capitalista-colonial", como as sementes transgênicas, esse modelo societal é combatido por um modo de vida "tradicional-contracolonial" no mesmo território. Embora pareça, à primeira vista, uma situação de "conflito", o que está fincado no território é a preservação desse modo de vida tradicional, gerido e cultivado pela relação das mulheres com os quintais produtivos, bem como a necessidade de o Estado fazer valer, de fato, a política de assentamentos rurais.

Quando o racismo e a contracolonialidade disputam objetos: processos de adaptação e experimentação

Em relação à adaptação e à experimentação, elas geralmente aparecem na literatura dos quintais como processos pedagógicos e criativos de adaptação de culturas alimentares em diferentes ecossistemas. No caso do Arizona, encontramos a adaptação de materiais inorgânicos que auxiliam na preservação das culturas alimentares existentes, como, por exemplo, geladeiras que funcionam como reservatórios de água, dada a escassez, o abandono político e a ausência de tecnologias sociais sustentáveis. Essa geladeira é fruto das negligências públicas (sistêmicas e estatais) e do racismo e do sexismo (diários). Mas também representa a criatividade das mulheres para burlar a própria experiência da escassez e contracolonizar o território, ou seja, afastar a colonialidade e manter os modos de vida tradicionais e contracoloniais.

As relações raciais no Brasil são, em grande parte, contraditórias graças ao mito da democracia racial, que faz o próprio negro crer que a violência contra si é inexistente (Gonzalez, 2020). Quando as contradições do mito da democracia racial são subjetivadas pelo território e passam a compor sua agência nas relações humanas, materializam-se, no espaço, relações e

matérias, orgânicas e inorgânicas, igualmente contraditórias, por exemplo, um objeto inorgânico (geladeira-reservatório-de-água) que, simultaneamente, é um choro asfixiado (escassez) e um grito de guerra (contracolonialidade).

Casos explícitos de racismo dentro e fora do assentamento, como, por exemplo, a acusação de roubo sofrida por Magnólia, apelidos racistas e infantilizantes, como "as neguinhas cú de burro", dirigidos a Magnólia e Girassol, ou "as negras do assentamento", destinados a Orquídea, e tentativas de outros agentes de se distinguirem socialmente das mulheres negras afetam diretamente a autoestima e a autoimagem dessas mulheres, gerando (im)potência para compor o sindicato rural, discutir suas propostas e reivindicações, reconhecer potência na produção do quintal e se perceberem como sujeitas políticas de direitos. Essa lógica impacta diretamente a dinâmica dos quintais produtivos, pois todos esses agentes, que estão em diálogo e convivência cotidiana com as mulheres negras, são capazes de beneficiar ou desestruturar a agrobiodiversidade e a segurança alimentar e nutricional proporcionadas pelo quintal produtivo.

A raça, o gênero e a classe relegam as mulheres negras agricultoras do Arizona a uma condição de sub-humanidade, na qual seus saberes são desqualificados pelos agentes políticos, pelos colegas do sindicato rural e por parte da comunidade. Os silenciamentos constantes, a falta de credibilidade das mulheres nos espaços de decisão política e a convivência violenta com o mito da democracia racial e com o racismo explícito influenciam na experiência da escassez aguda que acompanha as famílias nos processos de migração, acampamento e assentamento. Ademais, essas mesmas violências constroem a subjetividade dessas mulheres e são convertidas, por meio da relação com a terra, em epistemologias. Por isso, consideramos os quintais produtivos como ponto de partida e de chegada de múltiplas relações entre as agricultoras, os homens, o ecossistema da Zona da Mata, o Estado e a política de assentamentos rurais.

Milton Santos acredita na subjetivação das relações territoriais e na espacialização dessas relações, já modificadas quando em contato com o "Eu" da sujeita. O "Eu" das agricultoras do Arizona é composto por discriminações, violências, traumas e memórias que, quando se materializam, resultam tanto na territorialização das experiências da escassez quanto na das contracolonialidades. As relações contraditórias nos cuidados com os quintais produtivos constantemente unem e separam a experiência da escassez das contracolonialidades.

Tentamos evidenciar as múltiplas expressões da colonialidade no espaço rural, bem como as tentativas de barrá-la. Os quintais produtivos estão no centro dessas relações coloniais e contracoloniais, pois são centrais na vida das famílias, especialmente das mulheres. As relações contraditórias, por vezes violentas, de raça e gênero impactam as dimensões dos quintais produtivos e a forma como eles serão geridos.

Conclusões

Buscou-se contribuir para o entendimento da relação entre as mulheres e os quintais produtivos, já que elas são as principais sujeitas que movem e preservam essa tradição. A partir da confluência com as mulheres do Assentamento Arizona, percebeu-se que, quando a agente social é uma mulher negra, as dificuldades e as potencialidades ganham outra proporção, tanto no que diz respeito ao cuidado com os quintais quanto à subjetivação da raça e do gênero. As experiências racializadas e generificadas das mulheres negras constroem relações específicas com o quintal, que, por sua vez, corresponde por meio daquilo que vai ou não florescer materialmente.

A intersecção-consubstancial que compõe a vivência das agricultoras negras aparece na descredibilização dessas mulheres no espaço político, nas formas de estereotipação que sofrem e nas relações afetivas, que, em alguns casos, se tornam violência psicológica. Inclusive, é importante ressaltar que o homem aparece como o agente social que mais faz uso das discriminações de raça e gênero para deslegitimar as mulheres negras e silenciar suas vozes, relegando-as à desimportância.

Destacou-se como os quintais, nessa perspectiva, são tecnologias sociais, mas também estratégias pedagógicas importantes na construção de valores que fortalecem identidades e novas solidariedades. Esse papel é tão importante que, no ano de 2023, como resultado das demandas da Marcha das Margaridas, o governo federal assumiu o compromisso de implementar 90 mil quintais produtivos no país até o fim de seu mandato. Nesse processo formativo, participam diversos atores que contribuem para consolidar e disseminar a prática e a cultura dos quintais.

A pedagogia dos quintais tem como um de seus elementos centrais o afastamento da escassez. A pedagogia dos quintais não deve ser entendida apenas como uma pedagogia voltada ao fortalecimento dos quintais, mas como uma pedagogia adaptável, capaz de fazer florescer quintais onde a experiência da escassez está espacializada e o racismo, diluído no território e nas matérias.

Dentre esses agentes, a ausência do INCRA e da Emater é sentida pelas mulheres. À medida que esses agentes sociais se afastam, as oportunidades e as estratégias para impulsionar a produção de hortaliças das mulheres, a reativação coletiva da casa de farinha e as técnicas de reúso de água permanecem adormecidas. Utilizamos o termo "adormecidas" porque as mulheres já possuem potencial para essas iniciativas, inclusive em razão de seus modos de vida. No entanto, esses agentes dispõem de meios técnicos, materiais e pedagógicos aos quais as mulheres não têm acesso.

Buscamos mostrar como a categoria "Mulher" tem sua experiência social construída pela raça, pela classe, pelo território e pelas experiências com a agricultura. A permanência de um entorno da casa que produz alimento para a confluência da família e da comunidade denuncia que essas mulheres não permanecem passivas diante dos processos de transformação acelerada e tecnológica do capital no campo. Mulheres e territórios contracoloniais, quando juntos, adaptam matérias orgânicas e inorgânicas em favor do quintal e confluem com a terra e com as pessoas quase na mesma intensidade, afastando, assim, a colonialidade do território e mantendo-se na disputa (desigual) pela terra e, muitas vezes, contra a fome.

No que diz respeito ao entendimento do que é ser "Negro(a)" no meio rural nordestino, especialmente nos assentamentos rurais, o tema merece aprofundamento. O(a) sujeito(a) negro(a) das cidades urbanizadas e industrializadas, majoritariamente estudado na literatura sobre a população negra, nem sempre se aproxima do(a) negro(a) nordestino(a) assentado(a) pela Reforma Agrária. O trabalho de Aureliano e Santana (2021) questiona qual é essa negritude do campo nordestino a partir de um debate territorial histórico e como esse território criou relações raciais não necessariamente iguais às de São Paulo e do Rio de Janeiro, tão presentes na literatura sobre raça. Essa literatura, muitas vezes, não tem o meio rural e a agricultura como foco, sendo, em alguns casos, inexistente (Plínio dos Santos, 2015).

Ainda, na Sociologia Rural hegemônica (sulista), o assentamento rural é quase sinônimo de "branco" (Souza, 2009), o que definitivamente não corresponde à população potiguar assentada. Será que a experiência territorial e material das assentadas rurais potiguares pode desvelar outras formas de olhar para si e compreender o que é ser negro no Brasil? Será que as inúmeras ausências e invisibilidades em relação à população negra rural (majoritariamente nortista e nordestina) ocultaram experiências diversas das mulheres e dos homens negros no Brasil? Quais elementos territoriais e materiais podem compor a ontologia dessas populações negras, que possuem uma relação confluente com a terra, com os animais e com o ecossistema, diferentemente daquela estabelecida pelas pessoas negras que (sobre)vivem em contextos urbano-industriais? Ainda, quais desafios uma ontologia negra "ciborgue", que considera a relação com a agricultura, pode trazer para as políticas públicas e para o Estado brasileiro, cujas dinâmicas são segregadas e cujas agendas políticas estão apartadas umas das outras?

Referências bibliográficas

ANDRADE, Anna Jéssica Pinto; ROZENDO, Cimone; SILVA, Neusiene Medeiros. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. **Revista Campo Território**, v. 8, n. 15, 2013.

ARCHER, Margaret Scotford. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, *v. 54, n. 1*, 1999.

BARROS, Sóstenes Fernandes de; SILVA, Márcia Regina Farias da; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Quintais produtivos como tecnologia social sustentável para a segurança alimentar e nutricional. In: SILVA, Márcia Regina Farias da; SILVA, Carlos Aldemir Farias da (org.). **Quintais Agroecológicos**: tradição, cultivo e conhecimento. São Paulo: Livraria da Física, 2022. p. 21-76.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Lisboa: Relógio d'Água, 2003.

BENVEGNÚ, Vinícius Cosmos; GARCÍA, Diana Manrique. Colonialidade alimentar?: alguns apontamentos para reflexão. **Mundo Amazónico**, v. 11, n. 1, 2020.

CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez. 2009.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, Murilo de Oliveira. (2021). Revisão bibliográfica: caracterizando quintais produtivos agroecológicos em contextos brasileiros. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 10., 2021, São Carlos, SP. **Anais** eletrônicos... São Carlos, 2021.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome:** O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1980.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DINIZ, Paulo Cesar Oliveira, SANTOS, Christiane Fernandes; ROZENDO, Cimone. Acesso à água para consumo humano no semiárido brasileiro: desafios, tensões e perspectivas do programa "Um Milhão de Cisternas". **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FIRMIANO JUNIOR, Francisco Cândido. **Lutas por terra em Queimadas, Taipu/RN**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de

Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOMES, Jeam Claude de Souza. **Do Campo brotou Margaridas:** Políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero da região do Mato Grande/RN. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, v. 86, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias do Plantação**: Episódios do Racismo Cotidiano. São Paulo: Revistas USP, 2019.

MALUF, Renato Sérgio. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, Maria da Conceição Dantas. **Feminismo e agroecologia:** o sujeito político e avaliação do ATER- mulheres no Rio Grande do Norte 2004-2016. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

O CANDEEIRO. Disponível em: https://asabrasil.org.br/conteudo/?conteudo=candeeiro. Acesso em: 19 jun. 2026.

OAKLEY, Emily. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp**, v. 19, n. 2, 2015.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil. C. 1700-1875. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 30, n. 3, 1987.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de nina rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. **Anuário Antropológico,** v. 40, n. 1, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências

sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur/CLACSO, 2005. p. 107-130.

ROCHA, Fernanda Rízia Fernandes, SILVA, Márcia Regina Farias, DUTRA, Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel; DIAS, Nildo da Silva. Quintais produtivos: uso, conservação e manejo dos recursos locais. In: SILVA, Márcia Regina Farias; SILVA, Carlos Aldemir Farias (Eds.), **Quintais Agroecológicos**: tradição, cultivo e conhecimento. São Paulo: Livraria da Física, 2022, p. 77-108.

ROZENDO, Cimone; BRANDENBURG, Alfio. Saberes insurgentes e a proteção dos bens comuns: práticas e formas de re-existência na construção do território agroecológico no semiárido potiguar. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 19, n. 3, 2022.

ROZENDO, Cimone; DINIZ, Paulo Cesar Oliveira. Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, p. 19-35, 2020.

SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, Quilombo:** modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora.

SANTOS, Carine de Jesus. **A cor da agroecologia:** intersecções entre raça e gênero na construção do conhecimento agroecológico. 2026. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SANTOS, Edna Guilherme. **A inclusão produtiva do plano Brasil sem miséria:** análise dos aspectos sociais, econômicos e ambientais no território do Mato Grande/RN. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA, Simone Maria. **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**: as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

STRATE, Mirian Fabiane; COSTA, Sonia Maria. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das

mulheres rurais no RS – Brasil. **Brazilian Journal Of Development**, v. 4, n. 7, 2018.

Murilo de Oliveira Carvalho
Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Faz parte do Laboratório de Estudos Rurais (Labrural/UFRN). É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN), com a dissertação intitulada "Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivados por mulheres negras do Arizona/RN". Atualmente, é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS), pesquisando assentamentos rurais, ontologia negra e produção de gênero e raça no meio rural.
E-mail: dissertacaoagrimurilo@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3248960023254615
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-6004-9215

Cimone Rozendo
Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1997), mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2001), doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006) e Pós Doutora em Sociologia Rural pela Universidade de Paris X- França (2016) como Bolsista Sênior CAPES e Pós Doutora e, Desenvolvimento Rural pela UFRGS em 2024. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Departamento de Ciências Sociais, atuando nos Programas de Pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e Ciências Sociais (PPGCS) nos seguintes temas: Agricultura Familiar, Agroecologia, Meio Ambiente (conflitos sócio-ambientais, convivência com o semiárido) e Sistemas Agroalimentares. É vice-líder do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos Rurais, ex-presidente da Rede de Estudos Rurais (2021-2023) da qual faz parte atualmente como membro do conselho consultivo, membro da Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar (Rede PENSAN), Tutora do PET conexões Comunidade do Campo da UFRN, membro conselho científico da Revista Brasileira de Agroecologia e coordenadora adjunta da Área de Sociologia na Capes.
E-mail: cimone.rozendo@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8227598190372706
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4903-0839